

# Referenciação e dêixis

Edna Aparecida Lisboa Soares\*

## RESUMO

Este texto propõe uma reflexão acerca da referenciação e da dêixis sob uma perspectiva discursiva. Para tal, aborda, primeiramente, algumas teorias concernentes a tais fenômenos. Em seguida, a partir da análise de uma *charge* na qual se destaca a instauração das instâncias da enunciação no espaço e no tempo discursivos, busca-se mostrar como, na prática, essas teorias se entrelaçam e se completam.

Palavras-chave: Referenciação; Dêixis; Perspectiva discursiva.

Quando nos constituímos como sujeitos enunciativos, a enunciação se nos apresenta como o grande palco da construção da identidade e da “realidade”. Em um espetacular encontro entre o “mundo subjetivo” e o “mundo objetivo”, entre o dizer e o dito, entre o dizer e o fazer, entre a palavra e o mundo a ela exterior, lançamos o olhar simultaneamente em direção ao eu, ao tu e ao ele e – inevitável e invariavelmente – adentramos o espaço da referenciação.

É a respeito desse instigante e surpreendente espaço que nos propomos refletir a partir de agora, buscando ver através das lentes do estudioso, mas sem nos esquecermos de que, nesse percurso, também estaremos compondo esse mesmo espaço. Primeiramente, apresenta-

---

\* Mestrado em Língua Portuguesa – PUC Minas, bolsista da Capes.

remos um esboço de algumas teorias sobre referenciação/referente (Platão, Aristóteles e Ducrot) e dêixis (Mateu) e uma síntese da noção de “pessoa” e da noção de tempo, de Benveniste, além de apontarmos pontos de interseção entre esses estudos. Em seguida, a partir da análise de uma charge veiculada no jornal *Folha de S. Paulo*, buscaremos compreender o fenômeno da referenciação e da dêixis sob uma perspectiva discursiva.

#### PLATÃO, ARISTÓTELES, DUCROT: A NOÇÃO DE REFERÊNCIA/REFERENTE

Ao apresentar “o mundo perfeito das idéias”, Platão (427/28-347/48 a.C.), conforme prefácio da edição brasileira da Nova Cultural (1999, p. 17-23), defende que os objetos físicos – perceptíveis, pois, aos nossos sentidos – não passam de réplicas de *idéias* ou *formas* incorpóreas, eternas e invisíveis existentes em um mundo imaterial por ele chamado de mundo inteligível. Platão parece conceber essas *formas* como essências existentes em si próprias, somente apreensíveis pelo intelecto, porque este, assim como aquelas, seria incorpóreo. Essa apreensão das idéias por meio do intelecto só seria concebível se se admitisse a preexistência da alma em relação ao corpo. Sendo assim, admitida essa tese, o homem, retornando do plano imaterial ao plano material, guardaria, dessas formas incorpóreas, reminiscências, recuperando-as mentalmente, de forma gradativa, ao ser colocado novamente em contato com suas réplicas. Segundo esse prisma, não há construção intersubjetiva e social do conhecimento, mas simplesmente reconhecimento e lembrança. Considerando-se que, de acordo com esse ponto de vista, referenciar é não mais que reconhecer e lembrar, toda referência parece se dar em relação a um padrão absoluto, a modelos transcendentais, logo, preexistentes à matéria e imutáveis. Referenciar seria, portanto, segundo uma visão platônica, um processo metafísico.

Aristóteles (384-322 a.C.), por sua vez, ao contrário de Platão, defende, segundo prefácio da edição brasileira da Nova Cultural (1999, p. 20-23), que o mundo físico, ou seja, a realidade objetiva não se constitui a partir, simplesmente, do reconhecimento e da lembrança de modelos incorpóreos, imutáveis e eternos, preexistentes em um plano imaterial, mas sim de seres únicos, concretos e mutáveis. Por esse viés, busca compreender como o sujeito, partindo da observação de seres concretos, isto é, de dados sensíveis, a lhe apontarem sempre o individual e o concreto, chega a realizar formulações científicas, dotadas, pois, de um caráter universal. Nessa busca, compreende que o universal é fruto de uma atividade intelectual capaz de formular conceitos com base na observação e no raciocínio indutivos, revelando-se alicerçado não na subjetividade, mas na própria estrutura do objeto, conhecido pelo sujeito por intermédio da sensação. Desse modo, a estrutura básica comum aos seres pertencentes a cada uma das diferentes espécies de seres dotados de existência corpórea estaria manifesta, de modo universal, no conceito de cada uma dessas espécies.

Em substituição à concepção de ser absoluto defendida por Platão, Aristóteles propõe a concepção analógica, segundo a qual o ser seria dotado de diferentes sentidos. Assim, na perspectiva aristotélica, todo termo que designa um ser dotado de existência designaria ou uma substância (um ser) ou um acidente (um modo de ser). Por substância entende-se a essência do ser – a qual não pode ser negada ou contestada – e por acidente, uma propriedade, uma peculiaridade referente à substância. Preocupado com a organização e com o desenvolvimento do pensamento lógico-filosófico, Aristóteles parece compreender a referenciação como, acima de tudo, um processo de estabelecimento de relações lógicas dotadas de precisão.

Já na era moderna, no século XX, Ducrot (1984, p. 418-437) transpõe tanto a concepção platônica de referenciação quanto a aristotélica, reconhecendo que essa questão envolve uma série de problemas ligados não só à filosofia e à lógica, mas também à lingüística e à análise do discurso. Sendo assim, sem renunciar ao viés filosófico e

lógico, define referência como a orientação existente em todo ato de fala para a realidade do discurso, isto é, para aquilo que o discurso institui como realidade. Desse modo, a referenciação deixa de ser concebida como uma mera orientação para uma realidade objetiva, já previamente fixada e, portanto, preexistente ao discurso, para revelar a necessidade deste de referir sempre, fundando a sua própria realidade. Considerando que a palavra constantemente pressupõe algo em relação a um mundo exterior dotado de uma realidade própria que independe da realidade discursiva, ao qual ela precisa continuamente colocar-se em confronto para significar, não é a palavra que contém a força geradora da significação, mas sim o discurso. A palavra não é, pois, o objeto ou o mundo referido, mas ela os representa, da mesma forma que o referente não é a realidade dita objetiva, mas sim aquela que a referência tenciona descrever ou transformar, isto é, a realidade do discurso.

Pode-se assim dizer que, para Ducrot, o referente é tudo aquilo que se constrói dele, é aquilo em que pensa o sujeito referenciador, é aquilo que o sujeito referenciador julga que ele (referente) é. Ressalta-se que, nessa concepção, o sujeito referenciador corresponde à figura do sujeito enunciador, o que, entretanto, não parece pressupor que tal concepção conflita com aquela segundo a qual a construção do referente implica a negociação dos interlocutores. Para uma melhor compreensão dessa questão, observe-se o seguinte: o fato de o referente ser o que se descreve dele faz não apenas com que sejam destacadas determinadas descrições em detrimento de outras, mas, mais que isso, com que traços do referente possam ser ignorados, objetivando-se evidenciar aquilo que, de fato, deseja-se tematizar. Isso sugere que a seleção do que será objeto de referência cabe ao enunciador, em função dos objetivos que almeja alcançar, mas não se pode, em hipótese alguma, afirmar que exclui a participação do enunciatário nesse processo. Ao contrário, evidencia ainda mais a sua importância, uma vez que, vale enfatizar, as escolhas são feitas pelo enunciador em função dos efeitos de sentido que visa alcançar, o que só é possível caso essas

escolhas sejam feitas considerando-se todos os fatores que compõem a situação comunicativa em que ocorrem, dentre os quais se incluem os participantes desta. Vê-se, assim, que o processo de referenciação pressupõe, necessariamente, o estabelecimento da relação “eu/tu”, essencialmente interativa, defendida por Benveniste.

Esclarecido esse aspecto, é importante lembrar ainda que, embora determinado *pelo* e construído *no* discurso, o referente situa-se fora deste, caso contrário se confundiria com o sujeito referenciador, seria, porque não dizer, parte dele. Isso explica o fato de o referente conquistar singularidade a cada nova situação em que é referido, tornando-se, assim, dizível somente pelo discurso que o refere. O referente é, portanto, segundo a ótica de Ducrot, concebido a partir da observação da realidade objetiva por parte da subjetividade do sujeito referenciador, ou, melhor dizendo, é concebido mentalmente, por meio de uma subjetividade, ao mesmo tempo, individual e coletiva. Infere-se daí que, concebido de forma diferente dessa, o referente emerge como fundamentalmente indizível. Segundo esse prisma, o real é sempre uma imagem, pois não temos acesso a ele senão por meio de representações individuais e sociais.

#### MATEU: A NOÇÃO DE DÊIXIS

Mateu (1994, p. 19-23) discute os fenômenos dêíticos e anafóricos à luz de diferentes teorias defendidas ao longo da História, remontando, inicialmente, aos gramáticos estóicos, segundo os quais a distinção entre dêixis e anáfora não se estabelece em função de uma oposição entre o referencial e o lingüístico, isto é, entre o mundo “objetivo” e o mundo da língua. Para os gramáticos estóicos, esses fenômenos relacionam-se aos conceitos aristotélicos de “1º conhecimento” e de “2º conhecimento”, cujos princípios servem, também, segundo alguns estudiosos como Harris (*apud* Mateu, 1994, p. 23), como critério para opor os pronomes de 1ª e de 2ª pessoa frente aos pronomes

de 3ª pessoa. De acordo com esse ponto de vista, os pronomes pessoais de 1ª e de 2ª pessoa introduzem objetos de 1º conhecimento (dêiticos) e os de 3ª pessoa, objetos de 2º conhecimento (anafóricos). Pode-se ainda dizer que essa distinção entre 1º e 2º conhecimento deu origem, na lingüística moderna, à distinção entre “dado” e “novo”, o que acabou por refletir na distinção entre dêixis como referência a objetos não conhecidos, isto é, não introduzidos no discurso, e anáfora como referência a objetos que figuram previamente no discurso e, por isso, já conhecidos.

Ao apresentar algumas teorias mais recentes sobre os fenômenos dêiticos, Mateu (*op. cit.*) remete antes à concepção tradicional que restringe a dêixis a elementos gramaticais responsáveis por referenciar os participantes da interação lingüística, o tempo e o espaço dessa interação e demais elementos, como objetos e pessoas, circunscritos no campo visual dos participantes. Em seguida, chama a atenção para o fato de que hoje há menos consenso sobre a definição de dêixis do que há vinte anos, esclarecendo que essa falta de consenso reside na delimitação do que se pode chamar de integrantes fundamentais da dêixis: a dêixis dependente do contexto,<sup>1</sup> concebida como a relação existencial entre a expressão dêitica e o objeto de referência, e a dêixis dependente do falante, a qual abrange todos os traços que se relacionam com a perspectiva do falante.

Ao defender que a dêixis se circunscreve à organização de determinadas expressões lingüísticas em relação a uma origem de coordenadas expressa por meio do “eu-aqui-agora” do falante, Bühler (*apud* MATEU, 1994, p. 48) lança luzes sobre essa questão, introduzindo a noção de egocentrismo, que representa a orientação subjetiva em torno da qual se organizam as expressões dêiticas. Institui-se, assim, o falante, o seu aqui e o seu agora como o ponto dêitico, o eixo de

---

<sup>1</sup> Cabe esclarecer que contexto é aqui concebido não só como o contexto verbal, mas também como o situacional em que ocorre a comunicação, ou seja, nesse caso, o contexto do qual a dêixis é dependente se refere ao ambiente imediato de produção textual.

coordenadas, a origem (“origo”) desse processo. O “origo” constitui, pois, segundo o ponto de vista Bühleriano, o eixo central para a compreensão do fenômeno dêitico. É importante, porém, destacar que o fato de se considerar o eixo de coordenadas “eu-aqui-agora” do falante como um ponto de orientação subjetiva não determina que todo e qualquer traço relacionado com o sujeito seja dêitico.

Bühler (*op. cit.*, p. 51) esclarece ainda esse conceito de “origo” em sua dupla vertente: de um lado, a origem como ponto de partida das coordenadas situacionais em torno da qual se organizam as expressões dêiticas no sistema da língua, isto é, como conceito teórico; por outro lado, como campo de funcionamento dos marcadores situacionais “eu-aqui-agora”, dentro do campo mostrativo, isto é, em seu funcionamento pragmático. Para uma melhor compreensão dessa questão, Mateu (1994, p. 55) propõe uma diferenciação entre subjetividade, definindo-a como um princípio centrípeto, segundo o qual as expressões dêiticas remetem ao ponto zero lógico-pragmático, e egocentrismo, definindo-o como um princípio centrífugo, segundo o qual as expressões refletem um juízo, uma opinião, um estado afetivo do falante. Desse modo, o egocentrismo é visto como um princípio organizador das expressões dêiticas tanto no sistema como em seu uso atualizado, enquanto a subjetividade é entendida como um princípio definidor das expressões do sistema e como principal manifestação pragmática do sujeito que raciocina intencionalmente. Para Mateu (*op. cit.*, p. 59), tendo em vista essa diferenciação, o mais adequado parece ser falar do “funcionamento de orientação egocêntrico” (dêixis) e do “funcionamento de perspectiva subjetiva” (modo, modalidade, intencionalidade, subjetividade afetiva, avaliativa etc.). Metodologicamente, o conceito de egocentrismo difere do de subjetividade no que diz respeito ao funcionamento, embora os dois conceitos refiram-se a manifestações do sujeito falante.

Considerando-se que o ato de comunicação se produz dentro de um contexto espacial e temporal, cujo centro é o “aqui” e o “agora” do falante, o eixo “eu-aqui-agora” constitui pontos de referência bási-

cos para a construção do espaço dêitico, o que determina, necessariamente, que o reconhecimento da dêixis tenha como ponto de partida o compartilhamento de conhecimentos entre falante e ouvinte, isto é, que ambos compartilhem o que Tracy (*apud* MATEU, 1994, p. 56) denomina um *sistema de instruções convencionalizado*. Segundo uma perspectiva pragmática, o egocentrismo dêitico é, pois, essencialmente intersubjetivo, o que representa dizer que o fenômeno dêitico manifesta-se estritamente vinculado ao fenômeno da interação construída no ato da comunicação.

#### BENVENISTE: AS NOÇÕES DE PESSOA E DE TEMPO

Ao discutir a natureza dos pronomes, Benveniste (1995, p. 277-283) revela que há aqueles pertencentes à sintaxe da língua ao passo que há outros característicos das “instâncias do discurso”, como, por exemplo, os pronomes classificados tradicionalmente como pessoais. Partindo da noção de enunciação – deste *colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização* – levanta aspectos do processo enunciativo que não são considerados por teorias centradas na descrição das formas. Assim, dedica-se a esclarecer que, quando considerados somente como “instâncias de forma”, *eu*, *tu* e *ele* são, de maneira equivocada, concebidos igualmente como pessoas do discurso, embora *ele* não contenha a noção de “pessoa”.

A partir de uma reflexão a respeito da relação “eu/tu”, da construção da relação enunciador/enunciário, Benveniste convida-nos a observar e a compreender a atuação das “pessoas do discurso” na linguagem em uso. Tomando *ele* como contraponto da relação “eu/tu”, esclarece que a “não-pessoa”, diferentemente de *eu* e *tu*, alude não a si mesma, mas a uma situação, digamos, “objetiva”. A palavra “objetiva”, ao mesmo tempo em que se nos descortina em oposição ao vocábulo *subjetiva*, parece também revelar – ao ser empregada entre aspas – que uma noção objetiva, de fato, não existe, uma vez que aquilo a

que chamamos realidade só pode ser concebido mentalmente, isto é, subjetivamente, o que nos faz inferir que a “realidade do discurso”, em sua objetividade, é o único meio de acesso à realidade.

A “não-pessoa” configura-se, desse modo, como uma noção capaz, ao mesmo tempo, de permanecer virtual, isto é, de conservar toda a potencialidade do devir, guardando simultaneamente a indeterminação e a vocação concernente ao significado, e de atualizar-se, conquistando existência como objeto único somente *na e pela* enunciação. A “não-pessoa” surge, desse modo, como uma noção que guarda latente o incessante movimento da (re)criação e da (re)invenção, o qual só adquire existência a partir da subjetividade, ou, melhor dizendo, a partir da manifestação do *eu, a pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém ‘eu’* (*op. cit.*, p. 278). Segundo esse prisma singular, a “não-pessoa” é dotada de significado a cada vez que referencia a relação “eu/tu” no exercício da linguagem, o que representa dizer que *eu, tu e ele* formam, juntos, o “triângulo enunciativo”, embora constituam pólos distintos desse mesmo triângulo. O conceito benvenistiano de “não-pessoa” remete, pois, ao fenômeno da dêixis, ao eixo de coordenadas “eu-aqui-agora” do falante, compreendido como um ponto de orientação subjetiva, conforme observado por Bühler (*apud* MATEU, 1994, p. 48).

*Eu e tu*, por sua vez, não podem ser definidos em termos de objeto, já que a “realidade” à qual se referem é uma “realidade de discurso”, que só se institui pela relação “eu/tu” (enunciador/enunciatário), que são co-referenciados pelo “ele” e co-referenciam o “ele”. Dito de outra forma, *eu* só adquire existência, e unicamente só, na instância na qual se produz, como ser singular, instituindo *tu*, como parceiro enunciativo, para, mudando alternativamente de estado, “co-referirem”. *Eu e tu* são, pois, *signos “vazios”, não referenciais com relação à “realidade”, sempre disponíveis e que se tornam “plenos” assim que um locutor os assume em cada instância do seu discurso* (*op. cit.*, p. 280). Considerando que são signos, íntima e inteiramente, vinculados ao exercício da linguagem, não podem existir como signos virtuais, isto

é, não carregam consigo a potência, o vir a ser, uma vez que só existem na atualização; logo, na instância do discurso. Só existem, pois, na atualização, porque existem como signos virtuais. Pode-se assim inferir que “as instâncias de eu não constituem uma classe de referência [...]”, considerando-se que “eu só pode definir-se em termos de ‘locução’, não em termos de objetos, como um signo nominal. [...] Cada eu tem, assim, a sua referência própria e corresponde cada vez a um ser único, proposto como tal” (*op. cit.*, p. 278).

O fato de a referência ser algo sempre presente e imprescindível à instância de discurso faz com que *eu* e *tu* estejam permanentemente vinculados a “indicadores”, tais como os pronomes classificados tradicionalmente como demonstrativos e os advérbios, os quais se organizam em função dos indicadores de pessoas, delimitando a instância espacial e temporal que ocorre conjuntamente à presente instância de discurso que contém *eu*. Compreende-se, assim, o fenômeno dêitico a partir da relação entre o indicador e a presente instância de discurso, considerando que os “indicadores” remetem não à “realidade objetiva”, mas unicamente à enunciação. Responsáveis por organizar as relações espaciais e temporais a cada nova enunciação, a esta conferindo dinamicidade e unicidade, esses “indicadores” manifestam-se inteiramente dependentes da relação “eu/tu”. Segundo esse prisma, a referência é, pois, construída a partir da necessidade contínua de *eu* estabelecer relação com *tu* e com o mundo (*ele*), o que faz da instância da enunciação o grande espaço da referenciação.

Ao examinar questões relativas à linguagem e à experiência humana, Benveniste (1989, p. 68-80) retoma a discussão a respeito da categoria de pessoa, a fim de inserir uma discussão acerca de outra categoria também fundamental do discurso e essencialmente vinculada à de pessoa: a categoria de tempo. Antes de apresentar o tempo lingüístico – o tempo específico da língua –, preocupa-se em elucidar outras duas noções do tempo: o tempo físico e o tempo crônico. Esclarece-nos que o tempo físico mede a vida interior de cada ser humano, o que representa dizer que esse tempo é variável e, portanto, único para

cada indivíduo, ao passo que o tempo crônico é o tempo socializado, por ser o tempo do calendário, o qual contém os acontecimentos individuais ou coletivos, dispostos a partir de um momento axial que fornece o ponto zero do cômputo, como, por exemplo, o nascimento do Cristo. Esse ponto zero, por referir-se a algo ocorrido no mundo, não pode ser alterado, o que determina a sua fixidez e, conseqüentemente, o seu caráter intemporal. Isso se deve ao fato de o calendário não acompanhar o tempo, ser a ele exterior, isto é, os dias, os meses e os anos são apenas denominações, quantidades fixas, adotadas a partir da observação das forças cósmicas, mas vazias de temporalidade. Segundo o calendário, os dias, os meses e os anos repetem-se respectivamente idênticos uns aos outros, fazendo com que o tempo crônico, estranho ao tempo vivido, não possa com este coincidir, limitando-se, assim, a situar os acontecimentos numa linha temporal “objetivável”.

O tempo lingüístico, por sua vez, conforme observa Benveniste, revela-se organicamente ligado ao exercício da fala e, por isso, define-se e organiza-se como função de discurso, a partir de um eixo de referência: o *presente* da instância da fala. Esse eixo de referência, o único tempo inerente à língua, funciona como uma linha de separação entre o passado e o futuro, que constituem referências relativas não ao tempo, mas a visões sobre o tempo; referências estas que, ao mesmo tempo em que são geradas como tempo presente, funcionam como atualizações deste tempo. O presente lingüístico, por ser renovado e reinventado toda vez que o *eu* se apropria da fala constituindo-se como sujeito enunciativo, caracteriza-se, simultaneamente, pela fixidez e pela flexibilidade, dotando cada acontecimento de unicidade, pois “é pela língua que se manifesta a experiência humana do tempo” (*op. cit.*, p. 74). O tempo lingüístico é, pois, o “tempo” real, único, primitivo, dos quais os outros apenas derivam.

Como ainda observa Benveniste, o tempo do discurso é um elemento de intersubjetividade, uma vez que não se fecha em uma subjetividade completamente estranha e inacessível ao alocutário. Além disso, não se reduz às divisões do tempo crônico, comportando as suas

próprias divisões, como, por exemplo, aquele que pronuncia “hoje” localiza um acontecimento como simultâneo a seu discurso; da mesma forma, quando pronuncia “ontem”, localiza um acontecimento como anterior ao seu discurso. Quando, porém, torna-se necessário fazer uso dessas referências intradiscursivas fora do presente lingüístico, faz-se imprescindível, de forma a garantir a inteligibilidade da comunicação, estabelecer a junção entre o tempo lingüístico e o tempo crônico. Isso se faz necessário em situações de comunicação nas quais o falante transporta a sua visão temporal para fora dos limites enunciados por “ontem” e por “amanhã”, recorrendo, assim, ao emprego de operadores responsáveis por efetuar a transferência do tempo lingüístico ao tempo crônico, tais como “antes”, “depois”, “há uma semana”, “naquela ocasião” etc.

Com Benveniste, compreendemos o tempo como um suporte essencial para as operações lingüístico-discursivas, logo, para a instauração da realidade discursiva, cujo parâmetro básico temporal é o presente – o único tempo da enunciação – capaz de, no entanto, referenciar outros tempos não coincidentes com o tempo da enunciação, como, por exemplo, um “passado” e um “futuro”.

#### BENVENISTE, DUCROT E MATEU: INTERSEÇÕES

Ao buscarmos identificar os pontos de interseção existentes entre os estudos acima esboçados apresentados por Benveniste, Ducrot e Mateu, observamos que a Teoria da Enunciação proposta por Benveniste constitui o cerne desse contato, o que implica dizer que a ótica benvenistiana acerca da enunciação representa condição primordial para que se descortinem as noções de pessoa, tempo e espaço, noções estas essenciais à compreensão dos fenômenos concernentes ao exercício da linguagem, como, por exemplo, a referenciação e a dêixis.

Benveniste (1989, p. 81), ao introduzir a discussão acerca do *aparinho formal da enunciação*, defende, de forma incisiva, que as condi-

ções de emprego das formas são distintas das condições de emprego da língua. Ao se referir a tais condições, enfatiza que estas correspondem a mundos não coincidentes que, grosso modo, exprimem maneiras diferenciadas de perceber o mesmo objeto. Embora reconheça ser o “emprego das formas” parte essencial de toda descrição lingüística, defende que as funções das formas lingüísticas só se revelam de modo claro na linguagem em uso.

Observa-se que essa questão relativa à distinção apresentada por Benveniste entre as condições de emprego das formas e as condições de emprego da língua revela-se presente nas teorias sobre referenciação e dêixis expostas por Mateu. Ao discutir tais teorias, Mateu preocupa-se em elucidar que, tradicionalmente, os elementos dêiticos são vistos sob uma perspectiva teórica que concebe a língua unicamente como código lingüístico. Ou, dito de outra forma, que os estudos tradicionais acerca da referenciação e da dêixis mostram-se circunscritos ao âmbito da frase, o que implica ter a atenção voltada unicamente para o enunciado, ou seja, para o que Benveniste denomina as condições de emprego das formas.

Sem desconsiderar que o estudo da forma é imprescindível para o estudo da função, Mateu foca o olhar em direção a teorias que buscam discutir o fenômeno dêitico a partir de uma observação das condições de emprego da língua, isto é, sob um ponto de vista discursivo, o mesmo adotado por Benveniste. Bühler, por exemplo, ao introduzir a noção de egocentrismo, instituindo o eixo de coordenadas “eu-aqui- agora” como a origem (“origo”) do processo dêitico, refere-se ao momento da enunciação, buscando elucidar a atuação dos protagonistas da linguagem no tempo e no espaço discursivos. Concebendo, pois, o egocentrismo dêitico como um fenômeno, por natureza, intersubjetivo, Bühler evidencia os fenômenos relativos à linguagem sob a mesma perspectiva de Benveniste.

Ducrot, por sua vez, quando defende que o discurso contém a força geradora da significação, ao definir referência como a orientação existente em todo ato de fala para aquilo que o discurso institui como

realidade, revela o mesmo ângulo de observação adotado por Benveniste na compreensão dos fenômenos concernentes à linguagem. Desse modo, também segundo a ótica ducrotiana, o referente – o “ele” benvenistiano – é construído intersubjetivamente, isto é, dialogicamente, na interação estabelecida entre “eu” e “tu” – os protagonistas da linguagem – a partir do eixo de coordenadas “eu-aqui-agora” do sujeito referenciador.

Vê-se, assim, que os estudos apresentados por Benveniste, Ducrot e Mateu acerca dos fenômenos da referenciação e/ou da dêixis revelam-se a partir de uma observação da linguagem em uso, conferindo, desse modo, primazia ao estudo das condições de emprego da língua, o que determina, quando se busca compreender esses fenômenos, a adoção de um ponto de vista essencialmente discursivo.

#### ANÁLISE DO CORPUS

A partir da análise da *charge* (ver p. 43), veiculada no jornal **Folha de S. Paulo** (em 22/5/03), buscaremos mostrar como, na prática, as teorias sobre enunciação, referenciação/referente e dêixis anteriormente apresentadas se entrelaçam e se completam, propiciando observar o fenômeno da dêixis e da referenciação sob uma perspectiva discursiva. Para isso, procuraremos focalizar a instauração, no espaço e no tempo discursivos, das instâncias de enunciação.

No texto em estudo, um sujeito-enunciador ( $E^o$ ), ao colocar a língua em funcionamento, ativa uma enunciação ( $En^o$ ) por meio do mecanismo dêitico de lugar “no país das maravilhas”. Promove-se, assim, o processamento dêitico da espacialização instanciada no “aqui” e no “agora” do enunciador ( $E^o$ ), fundando-se, desse modo, uma instância enunciativa ( $En^o$ ). O autor institui-se como enunciador ( $E^o$ ), organizando a enunciação a partir do seu “aqui” e do seu “agora”, instituindo, simultaneamente, o enunciatário ( $ET^o$ ), ao dirigir-se ao leitor. Constrói-se, dessa forma, a relação “eu/tu”, a qual se refere unica-

## NO PAÍS DAS MARAVILHAS



— Uai! O que o Fernando Henrique está fazendo ali?

mente a uma “realidade de discurso”. Observa-se, assim, que, a partir do “origo” Bühleriano, isto é, do eixo de coordenadas “eu-aqui-ago-ra” do sujeito-enunciador ( $E^o$ ), instaura-se discursivamente a relação “eu” ( $E^o$ ) e “tu” ( $ET^o$ ) benvenistiana, a qual, conseqüentemente, funda, por sua vez, a “realidade discursiva”, concebida conforme a perspectiva ducrotiana.

Considerando que tal realidade é, em Ducrot, aquela que a referência tenciona descrever ou transformar, o referente é tudo aquilo que o discurso institui como realidade. No texto em estudo, a realidade instituída é um país – o Brasil – marcado, segundo a ótica de  $E^o$ , pelo contra-senso, pelo paradoxo, pelo absurdo. A expressão dêitica espacial “no país das maravilhas” ativa a construção desse referente e dessa realidade concebidos mentalmente, por meio de uma subjetividade, ao mesmo tempo, individual e coletiva. Isso revela que, confor-

me assevera Benveniste, os indicadores de tempo e de espaço organizam-se sempre em função dos indicadores de pessoa, o que faz com que se delimite a instância espacial e temporal concomitantemente à instância de discurso que contém “eu”. Retomando Ducrot, pode-se ainda inferir que somente dessa forma o referente torna-se dizível, pois o real é uma imagem construída por meio de representações individuais e sociais.

Para que esse mundo discursivo possa então ser construído por intermédio da relação “eu/tu”, torna-se imprescindível, como afirma Mateu, o compartilhamento de conhecimentos gerais e particulares entre *eu* e *tu*, pois esse é o âmbito de funcionamento da dêixis. É preciso, pois, que os enunciadores compartilhem, dentre outros conhecimentos, o de que a expressão “no país das maravilhas” remete à história “Alice no país das maravilhas”, onde tudo, ou quase tudo, é possível, desde um gato ter a habilidade de aparecer e desaparecer à vontade; de os relógios que não funcionam registrarem o tempo, até a perda de identidade por parte da personagem central que não tem mais certeza de qual é o seu nome. Nesse mundo, tudo pode deixar de ser o que era, e tornar-se aquilo em que se transformou, para depois deixar novamente de ser, tornando-se outro para, em seguida, quem sabe, retornar à “origem” e, assim, sucessivamente. Pode-se assim dizer que, no mundo discursivo instituído por  $E^o$ , a expressão dêitico-espacial “no país das maravilhas” está a representar o país “Brasil”. Ou, melhor dizendo, está convidando o “Brasil” a ser “o país das maravilhas” na enunciação zero. Sendo assim, “Brasil” e “País das Maravilhas” são co-referentes, mas somente nesse mundo discursivo instituído por  $E^o$ .

A enunciação zero parece também ser ativada por uma dêixis temporal não marcada formalmente. O presente – o tempo da enunciação – parece referenciar, implicitamente, na enunciação zero ( $En^o$ ), um outro “tempo” não coincidente com o tempo da enunciação, mas por este referenciado. O tempo do discurso, por ser um elemento de intersubjetividade, como observa Benveniste, referencia esse outro “tempo” somente a partir da relação “eu/tu”, o que exige, mais uma vez, o

compartilhamento de um conhecimento não só geral, como também específico entre o enunciador (E<sup>o</sup>) e o enunciatário (ET<sup>o</sup>). Parece-nos que a “explicitação” dessa atualização do tempo lingüístico revela-se, nesse caso, dependente de um conhecimento mútuo construído não só na enunciação zero, mas anteriormente a esta. Torna-se, pois, imprescindível que o “eu” e o “tu” benvenistiano compartilhem o que Tracy (*apud* Mateu, 1994, p. 56) denomina de *sistema de instruções convencionalizado*. Com base nesse conhecimento mutuamente construído, pode-se dizer que, na instância zero da enunciação (En<sup>o</sup>), o tempo zero referencia um “presente” contínuo que, pelo fato de ser contínuo, parece ter início no passado, o que faz com que o tempo lingüístico referencie, concomitantemente, um “passado” e um “presente”. Essa atualização do tempo lingüístico parece-nos poder, dessa forma, ser interpretada em função dos conhecimentos ativados pela expressão dêitico-espacial “no país das maravilhas”: o que era deixou de ser, mas voltou a ser. Ou melhor, no mundo discursivo instituído por E<sup>o</sup>, a era Fernando Henrique, embora pertença ao “passado”, teima em atualizar-se ao ser continuamente evocada, no “presente”, pelo presidente Lula.

Nesse mundo discursivo fundado por E<sup>o</sup>, o que parece estar em jogo é a representação da construção do papel social de presidente. Denunciam-se, assim, implicitamente, as dificuldades experimentadas pelo Lula-retirante nordestino, pelo Lula-torneiro mecânico, pelo Lula-sindicalista e pelo Lula-candidato à Presidência da República em construir uma nova identidade: a do Lula-Presidente. Segundo a ótica de E<sup>o</sup>, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva parece reconhecer, no início de seu mandato, a necessidade de construir uma nova imagem que atenda aos diferentes segmentos da sociedade brasileira – até mesmo aqueles rotulados de antagônicos, como, por exemplo, lideranças do MST e ruralistas, líderes sindicais e grandes empresários – que pactuaram com a sua candidatura e o levaram ao poder. E<sup>o</sup> parece, portanto, por meio de um jogo referencial, ter por finalidade denunciar o conflito vivenciado pelo Presidente Luiz Inácio da Silva na construção

da imagem Lula-Presidente: o de não poder negar nem assumir, por completo, o perfil de político de esquerda que o caracterizou até ser eleito. Esse movimento conflitivo de construção de uma nova imagem parece ser encarado por E<sup>o</sup> como sendo um movimento em direção à adoção de uma postura conservadora, caracterizada pelo contínuismo das ações do governo anterior, ou melhor, pelo medo de assumir uma identidade própria, o que, segundo a perspectiva de E<sup>o</sup>, parece ser evidenciado no campo das ações políticas, mas negado no campo da palavra.

Observa-se, desse modo, que En<sup>o</sup> instaura-se a partir da referenciação da relação “eu” e “tu” (sujeito-enunciador/sujeito-enunciatário), organizando-se a partir do eixo do “eu-aqui-agora”, isto é, do “origo” do locutor ao se instituir como enunciador e instituir, simultaneamente, neste “aqui” e neste “agora”, o enunciatário. Para que a relação “eu” e “tu”, referida unicamente em uma realidade discursiva, conforme defende Ducrot, seja construída, os sujeitos-enunciadores precisam, necessariamente, compartilhar conhecimentos referentes à construção da imagem Lula-Presidente, o que envolve o conhecimento de aspectos não só da vida pública de Luiz Inácio Lula da Silva antes e depois de sua eleição à Presidência da República, como também de aspectos da vida pública de seu antecessor. Só assim torna-se possível ao locutor constituir-se como sujeito-enunciador e, concomitantemente, projetar a imagem de seu interlocutor, buscando, dessa forma, constituí-lo. Nesse processo, “eu” e “tu”, ao co-referirem, co-referenciam, ao mesmo tempo, a “não-pessoa” (o “ele” benvenistiano): a construção da imagem Lula-Presidente.

Uma segunda enunciação (En<sup>2</sup>), regulada pela enunciação zero (En<sup>o</sup>), instaura-se a partir de um verbo (uia/olha) antecedido de travessão (sinalizador de “diálogo”) e seguido de exclamação (nesse caso, sinalizador de surpresa, de espanto). Ao constituir-se uma nova enunciação (En<sup>1</sup>), institui-se, simultaneamente, um novo enunciador (E<sup>1</sup>), que organiza a enunciação a partir do seu “aqui” e do seu “agora”, e um novo enunciatário (ET<sup>1</sup>). Vale destacar que ET<sup>o</sup> é também enunciatário em

En<sup>1</sup>. Essa nova enunciação é ativada, primeiramente, por meio de um verbo no imperativo (“uia”), o que sugere que o tempo primitivo referencia em En<sup>1</sup> um “tempo presente”, não coincidente, entretanto, com o tempo lingüístico. ). “Uia” funciona, assim, como um marcador discursivo, responsável por não só ativar, mas também estreitar a interação entre os sujeitos-enunciadores. Essa ativação se dá também por intermédio de uma dêixis temporal (“está fazendo”), uma dêixis espacial (“ali”) e pelo mecanismo dêitico de lugar “no país das maravilhas”, se considerarmos que a imagem que compõe o texto remete ao “país das maravilhas”.

Enquanto o “Brasil” torna-se o “País das Maravilhas” e “Lula” torna-se “Fernando Henrique Cardoso” no mundo discursivo fundado por E<sup>0</sup>, em En<sup>1</sup> o mesmo não se dá, pois E<sup>1</sup> mostra-se perplexo ao acreditar ver Fernando Henrique refletido na lagoa, identificando-o como alguém separado, distinto de si. Importa aqui destacar que a imagem refletida na lagoa é a do próprio Lula, embora este não a reconheça, reconhecendo, em sua imagem, a imagem de Fernando Henrique. Mesmo sem compreender o que acontece, reconhece, perplexo, o absurdo da situação, o contra-senso, o que, nesse sentido, faz com que “o país das maravilhas” seja também evocado em En<sup>1</sup>. Pode-se assim dizer que a realidade instituída em En<sup>1</sup> é o “conflito e/ou crise de identidade” experimentados pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva nos primeiros meses de seu governo. “No País das Maravilhas”, a personagem Alice experimenta perplexidade semelhante quando se vê perdida na lagoa de lágrimas:

Puxa! Puxa! Como tudo está tão estranho hoje! E ontem as coisas estavam tão normais! O que será que mudou à noite? Deixe-me ver: eu era a mesma quando acordei de manhã? Tenho a impressão de ter me sentido um pouco diferente. Mas se eu não sou a mesma, a próxima questão é: ‘Quem sou eu?’ Ah! Esta é a grande confusão!.

A grande diferença de Alice em relação ao E<sup>1</sup> reside no fato deste não ter consciência de que a imagem refletida na lagoa é a sua, e não

a de Fernando Henrique. Mas tanto Alice quanto Lula têm em comum a perda da identidade, consciente em um e inconsciente em outro, e a perplexidade. Torna-se aqui, mais uma vez, imprescindível ressaltar que “Brasil” e “País das Maravilhas”, assim como “Lula” e “Fernando Henrique Cardoso”, só são co-referentes no mundo discursivo instituído por E<sup>o</sup>.

“Está fazendo” referencia o acontecimento no presente contínuo, sugerindo, além de continuidade, concomitância de ações. Sendo assim, mais uma vez, o tempo zero referencia um “presente” que, pelo fato de ser contínuo, parece ter início no passado, o que faz com que o tempo lingüístico referencie, simultaneamente, um “passado” e um “presente”. Nesse caso, essa atualização do tempo primitivo parece denunciar que, embora de forma inconsciente, Lula (E<sup>1</sup>) governa com/ como Fernando Henrique, introjetando as ações do governo FHC. Desse modo, “passado” e “presente” parecem se mesclar, já que o “passado”, por ser constantemente evocado, reluta em deixar de ser “presente”.

A expressão dêitico-espacial “ali”, para que seja interpretada, precisa ser posta em relação com outras duas expressões dêitico-espaciais: “aqui” e “lá”. O mecanismo dêitico de espaço “ali” parece situar-se entre “aqui” e “lá”. Enquanto “aqui” sugere proximidade daquele que enuncia, “lá” sugere distanciamento em relação a este. Quanto a “ali”, pode-se dizer que se situa numa posição intermediária, ou seja, nem tão perto daquele que enuncia, nem tão pouco longe deste. Sendo assim, no texto em estudo, o elemento dêitico “ali” promove tanto uma orientação física quanto uma orientação avaliativa daquele que enuncia. Sendo assim, ao mesmo tempo em que E<sup>1</sup>, ao não perceber a sua imagem, mas, sim, a de Fernando Henrique, refletida na lagoa, nem tão perto, nem tão longe de si, não se percebe, no que diz respeito às ações de governo, nem totalmente independente de nem totalmente subordinado a Fernando Henrique. Aí parece estar a razão do conflito e/ou crise de identidade tematizados em En<sup>1</sup>.

A orientação física e a avaliativa referem-se, respectivamente, ao

que, segundo Mateu, concebe-se como dêixis dependente do contexto e dêixis dependente do falante, remetendo, pois, ao conceito de “origo” e às noções de egocentrismo e subjetividade de Bühler. A orientação física pode ser definida como um princípio centrípeto, enquanto a orientação avaliativa, como um princípio centrífugo, por refletir um juízo, uma opinião tanto de  $E^o$  quanto de  $E^1$ . A dêixis, nesse caso, não só no que concerne ao mecanismo dêitico de espaço “ali”, como no que concerne aos demais mecanismos dêiticos instanciados no “eu-aqui-agora” dos enunciadores ( $E^o$  e  $E^1$ ), funciona, principalmente, como um mecanismo de modalização, como um qualificador do referente. Os mecanismos dêiticos pertencentes à  $En^o$  e à  $En^1$ , para que sejam dessa forma compreendidos, precisam ser intimamente relacionados.

Ao fim deste trabalho, em que buscamos compreender o fenômeno da referenciação sob um prisma discursivo, procuramos demonstrar que toda vez que enunciamos convidamos algo a ser, ou seja, instituímos uma realidade discursiva. Isso nos revela toda a força e toda a potencialidade da língua e da linguagem, capazes de criar inúmeros mundos discursivos, sem limites. Nessa perspectiva, dizer é, de fato, fazer, sem dúvida alguma. O espaço privilegiado, onde se cria e (re)cria continuamente a(s) realidade(s), onde o ponto de vista do sujeito-enunciador cria e (re)cria o referente incessantemente, é um só: a eterna e mutável enunciação.

Nesse fantástico universo em que, como protagonistas da enunciação (“eu/tu”), criamos e recriamos, definimos, por meio de escolhas lingüísticas, o modo como referenciamos, como agimos sobre o outro e sobre o mundo. Registramos, enfim, a nossa visão de mundo, as nossas crenças, os nossos valores. A compreensão da enunciação como o espaço da contínua criação da realidade, não se limita, entretanto, a nos percebermos como protagonistas da enunciação, mas, ao mesmo tempo, também como a “não-pessoa” (“ele”), isto é, como o referente, que, como tal, é incessantemente (re)criado.

Tudo isso, como vimos, desenvolve-se e organiza-se a partir da ins-

tauração de instâncias de enunciação, organizadas, por sua vez, em torno do seu “eu-aqui- agora”. Só é possível, pois, compreender o fenômeno da referenciação e da dêixis, sob um prisma discursivo, a partir de uma compreensão do fenômeno da enunciação, da instauração de instâncias enunciativas.

### RÉSUMÉ

Ce texte propose une réflexion sur la *référenciation* et la *déixis* sous un point de vue discursif. Tout d’abord, nous discuterons certaines théories concernant ces phénomènes. Par la suite, à partir d’une analyse d’un texte qui met en évidence les instances d’énonciation dans l’espace et le temps discursifs, nous essayerons de montrer dans quelle mesure ces théories s’entrecroisent et deviennent complémentaires.

Mots clé: Referenciation; Deixis; Perspective discursive.

### Referências

- ARISTÓTELES. São Paulo: Nova Cultural, 1999 (Os Pensadores. Prefácio).
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Lingüística geral I*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luiza Ner. Campinas: Pontes & Editora da Unicamp, 1995.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Lingüística Geral II*. Trad. Eduardo Guimarães *et al.* Campinas: Pontes, 1989.
- CARROLL, Lewis. *Alice no país das maravilhas*. Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro. < <http://www.bibvirt.futuro.usp.br> >
- DUCROT, Oswald. Referente. In: *Enciclopédia Einaudi: linguagem e enunciação*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, v. 2, 1984. p. 418-438.
- JORNAL FOLHA DE S. PAULO. 22/5/03 (5ª feira), p. A 2.
- MATEU, Juan Antonio Vicente. *La deixis: egocentrismo y subjetividad en el lenguaje*. Universidade de Murcia, 1994.
- PLATÃO. São Paulo: Nova Cultural, 1999 (Os Pensadores. Prefácio).